

Pressão derruba presidente da Petrobras; CVM investiga estatal

# Petrobras é alvo de processo na CVM após a renúncia de seu presidente

Órgão de fiscalização do mercado financeiro vai investigar divulgação de notícias sobre a estatal

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) abriu nesta segunda-feira (20) um processo administrativo para investigar a divulgação de notícias sobre a Petrobras, que confirmou a renúncia de seu presidente, José Mauro Coelho.

Coelho já havia sido demitido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), mas aguardava assembleia de acionistas referendar seu substituto. Nesta segunda, após forte pressão do governo e aliados, decidiu desistir.

Em seu lugar, o atual diretor de exploração e produção da companhia, Fernando Borges, assumirá a presidência interinamente, uma vez que o substituto indicado pelo governo, Caio Paes de Andrade, ainda precisa ser avaliado por um comitê interno que analisa as nomeações na estatal e ter seu nome referendado em assembleia de acionistas, cuja data ainda não foi agendada.

A investigação aberta pela CVM tem como alvo a divulgação da troca no comando da Petrobras. O processo avaliará se a comunicação ao mercado seguiu as regras estabelecidas para companhias abertas.

O órgão responsável pela fiscalização do mercado financeiro também questionou a Petrobras sobre movimentações atípicas com suas ações, após identificar alta nos números de negociações no fim da semana passada.

Na sexta (17), após anúncio de reajustes no preço da gasolina e do diesel, a estatal perdeu R\$ 27,3 bilhões em valor de mercado, segundo a plataforma de dados financeiros Economica.

O processo aberto nesta segunda-feira é da supervisão responsável por analisar a divulgação de comunicados, notícias ou fatos relevantes por companhias com ações negociadas em Bolsa. A CVM não comenta o teor dos processos.

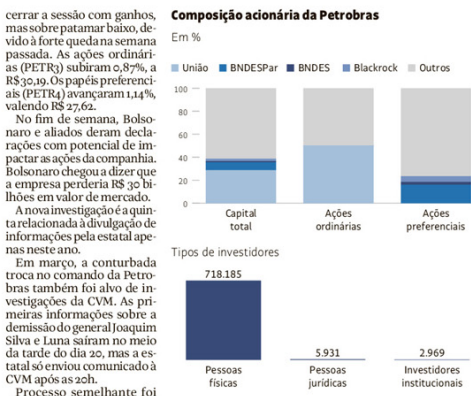
As notícias sobre a decisão de Coelho começaram a circular ainda no domingo (19). O comunicado oficial foi divulgado pela Petrobras pouco antes das 14h, levando à suspensão das negociações com ações da estatal na Bolsa de São Paulo.

A retirada temporária de uma ação do pregão é adotada sempre que há alguma divulgação ou movimento de mercado capaz de provocar oscilações potencialmente prejudiciais à operação. Após a renúncia, as ações tiveram forte oscilação na Bolsa.

Apesar do movimento de montanha-russa, os papéis da empresa conseguiram en-



Variação das cotações da Petrobras pela manhã, após a renúncia de seu presidente, José Mauro Coelho. Edição: Daniela/Agência O Globo



errar a sessão com ganhos, mas sobre patamar baixo, devido à forte queda na semana passada. As ações ordinárias (PETR3) subiram 0,87%, a R\$ 30,19. Os papéis preferenciais (PETR4) avançaram 1,14%, valendo R\$ 27,62.

No fim de semana, Bolsonaro e aliados deram declaração sobre o potencial de impactar as ações da companhia. Bolsonaro chegou a dizer que a empresa perderia R\$ 30 bilhões em valor de mercado.

A nova investigação é a quinta relacionada à divulgação de informações pela estatal apenas neste ano.

Em março, a conturbada troca no comando da Petrobras também foi alvo de investigações da CVM. As primeiras informações sobre a demissão do general Joaquim Silva e Luna saíram no meio da tarde do dia 20, mas a estatal só enviou comunicado à CVM após as 20h.

Processo semelhante foi aberto em maio de 2021 após a demissão do presidente anterior da estatal, Roberto Castello Branco, anunciada por Bolsonaro em live no Facebook e só confirmada pela Petrobras no dia seguinte.

As declarações levaram a empresa a perder R\$ 122,5 bilhões em valor de mercado em apenas um dia, com os investidores temendo intervenção no gestão da companhia e em sua política de preços dos

combustíveis. Em resposta à CVM nesta segunda-feira, a Petrobras disse "que não tem conhecimento de qualquer ato ou fato relevante pendente de divulgação que possa justificar as oscilações registradas no preço, na quantidade e no número de negócios envolvendo ações de sua emissão".

## Analistas mantêm visão positiva sobre ações da petroleira

Lucas Bombana

SÃO PAULO A renúncia do presidente da Petrobras nesta segunda-feira (20) trouxe forte

volatilidade para as ações da companhia na Bolsa. Os papéis chegaram a ter a negociação suspensa, operaram em queda durante a manhã, mas reverteram a tendência e passaram a subir ao longo da tarde.

No final da sessão, as ações ordinárias da Petrobras (PETR3) subiram 0,87%, a R\$ 30,19. Os papéis preferenciais (PETR4) avançaram 1,14%, cotados em R\$ 27,62.

Analistas de mercado avaliam que a volatilidade das ações da estatal ainda deve seguir alta, ao menos até as eleições no final de ano.

No entanto, eles dizem também que os preços dos papéis na Bolsa seguem atrativos para o investidor que tem estômago para suportar as altas e baixas das ações, e visão de longo prazo.

De acordo com Waldir Morgado, sócio da gestora Nexgen Capital, a despeito dos ruídos de curto prazo, a avaliação é que os preços das ações da companhia ainda seguem "bastante atrativos", especialmente considerando os resultados trimestrais robustos que a empresa tem apresentado.

Ele acrescenta que, no curto prazo, a tendência é que a volatilidade siga impactando os papéis da petrolífera na Bolsa, principalmente caso o preço do petróleo volte a subir e o real se desvalorize

frente ao dólar.

Morgado calcula que a defasagem do preço da gasolina praticada no mercado local está hoje por volta de 5%, chegando perto de 14% no caso do diesel.

De toda forma, a Petrobras tem feito uma distribuição muito boa de dividendos, com um dividend yield [proporção dos dividendos distribuídos em relação ao preço da ação] em torno de 20%, diz o sócio da Nexgen Capital.

Nesta segunda-feira, a estatal fez o pagamento da primeira parcela dos dividendos referentes aos resultados do primeiro trimestre, no valor de R\$ 24,2 bilhões. "Podemos ver novos ruídos no curto prazo, mas enxergamos que, do ponto de vista de longo prazo, a Petrobras continua sendo uma boa opção para se ter na carteira", segundo Morgado.

Analista da Senso Investimentos, João Frota Salles diz que a renúncia do presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, já deveria ter sido acontecido até há mais tempo, em prol do mercado e da Petrobras, de modo a minimizar os embates políticos em torno da companhia.

De toda forma, a saída do executivo, amplamente esperada pelo mercado, tende a amortecer os ânimos do debate, diz Salles.

"O problema maior eram as ameaças de CPIs, impostas sobre exportação ou taxações extras, que pareciam mais distantes agora", acrescenta o analista, que ressalta que o novo capítulo envolvendo a petrolífera deixa evidente que o governo saiu vitorioso nesse round, juntamente com os aliados do centrão.

Salles diz também que trabalha com um cenário base no qual a política de preços de combustíveis da Petrobras permanecerá intacta e protegida pelo estatuto. "As ações da Petrobras reagiram bem hoje e estão bem atrativas, sobretudo se compararmos com os pares internacionais", diz o analista da Senso.

Na mesma linha, Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, vê que os papéis da companhia estão bastante descontados na comparação com pares de mercado.

Arbetman diz que a Petrobras vem convivendo com a insatisfação do acionista majoritário em relação aos preços de derivados no país há bastante tempo, o que inclusive culminou na saída dos presidentes anteriores — Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna e agora de José Mauro Coelho.

O analista da Ativa diz ainda que os preços de petróleo devem seguir altos durante os próximos meses, e que a Lei das Estatais tende a impedir uma mudança em maior grau na gestão da empresa.

"Por conta do viés político, espera-se maior volatilidade no papel, mas, para quem compra para carregar, vemos oportunidade em Petrobras. Sobre tudo com esse nível de dividendos que a empresa deve distribuir este ano", afirma Arbetman.

## Saída agiliza nomeação do indicado de Bolsonaro para a estatal

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A renúncia de José Mauro Coelho abre espaço para agilizar a nomeação de Caio Paes de Andrade à presidência da Petrobras, avaliam conselheiros da companhia. Com o cargo vago, bastaria o aval do conselho de administração para a troca planejada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo conselheiros ouvidos pela Folha, a nomeação do novo presidente pode ser feita pelo colegiado e depois ratificada em assembleia de acionistas. O governo espera realizar a troca ainda esta semana, mas a reunião ainda não foi marcada.

Nesta segunda-feira (20), após a confirmação da renúncia de Coelho, o conselho de administração da Petrobras nomeou o diretor de exploração e produção da companhia, Fernando Borges, como presidente interino.

Coelho foi demitido no fim de maio, mas resistiu a entregar o cargo antes da realização de assembleia de acionistas para avaliar a lista de nomeados pelo governo ao conselho de administração da companhia, que inclui Paes de Andrade.

Assembleia ainda não tem data marcada. Depende da análise, por comitê interno, dos custos dos indicados e deve respeitar um prazo

mínimo de 30 dias entre sua convocação e sua realização. Por isso, a resistência de Coelho era alvo de ataques do governo e de aliados.

Em artigo publicado na Folha no último domingo (19), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chamou Coelho de "presidente ilegítimo, que não representa o acionista majoritário e pratica o terrorismo corporativo como vingança pessoal contra o presidente da República". Governo e aliados no Congresso ameaçam a instalação de uma CPI para investigar a direção da companhia. "Chegou a hora de tirar a máscara da Petrobras", escreveu Lira. Acionistas privados da Pe-



Caio Paes de Andrade, ex-assessor do ministro Paulo Guedes. Divulgação: Sérgio

trobras temem que a pressão de partidos do centrão esconda o desejo de retomar influência na diretoria da estatal. O PP do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por exemplo, foi apontado como fiador do ex-diretor Paulo Roberto Costa, primeiro delator da Operação Lava Jato.

Por outro lado, representantes dos minoritários passaram a defender mais agilidade na troca de comando, para reduzir a crise que derribou as ações da companhia ao menor valor do ano na última sexta (17).

A reunião para referendar o nome de Paes de Andrade deve ser marcada assim que forem concluídos trâmites

internos, como a avaliação do novo comitê. Bolsonaro já anunciou que o novo presidente trocará toda a diretoria da empresa.

Renovação do conselho, porém, também depende da realização da assembleia de acionistas. Para reduzir resistências de investidores privados a interferências na gestão, o governo propôs uma lista formada majoritariamente por ocupantes de cargos públicos.

Entre eles, o número dois de Nogueira na Casa Civil, Jonathan Assunção. É a primeira vez desde o governo Dilma que um ocupante do Palácio do Planalto é indicado para ocupar o conselho de administração da Petrobras.

# Bolsonaro insiste em CPI da Petrobras, e Congresso passa a colher assinaturas

Presidente da Câmara cobra do governo federal edição de medidas provisórias para agilizar mudanças em temas como a Lei das Estatais



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fala após reunião de líderes partidários que trouxe de alternativas para reduzir os preços dos combustíveis

## MEDIDAS EM DISCUSSÃO NA OFENSIVA À PETROBRAS

- Dobrar a taxa sobre lucros da estatal
- Passar a taxar as exportações de petróleo
- Discutir a política de preço da companhia
- Abertura de uma CPI
- Priorizar o mercado interno nas exportações de petróleo

## Ampliar o Auxílio Gás

- Conceder um auxílio a taxistas, motoristas de aplicativo e caminhoneiros

## PRESIDENTES DA PETROBRAS SOB JAIR BOLSONARO

**Roberto Castello Branco**  
3 jan. 2019 a 13 abr. 2021

**Joaquim Silva e Luna**  
16 abr. 2021 a 1 abr. 2022

**José Mauro Ferreira Coelho**  
14 abr. 2022 a 20 jun. 2022

**Caio Mario Paes de Andrade**  
(convitado)

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a defender nesta segunda-feira (20) a instauração de uma CPI para investigar eventuais abusos da atual gestão da Petrobras, mesmo após a ideia ter perdido força entre parte dos aliados do governo como o anúncio da renúncia de José Mauro Coelho durante a manhã.

"Você pode ver, Petrobras: eu estou acertando uma CPI na Petrobras. 'Ah, você que indico o presidente'. Sim, mas quero CPI, ué, por que não? Investiga o cara, pô. Se não der em nada tudo bem. Mas os preços da Petrobras é um abuso", disse Bolsonaro à noite a um grupo de apoiadores.

Pouco antes da fala do chefe do Executivo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou após uma reunião com lideranças partidárias que o líder do PL, partido de Bolsonaro, está recolhendo assinaturas para tentar instalar a apuração parlamentar.

O presidente da Câmara também cobrou do governo federal e do Ministério da Economia que se envolvessem mais diretamente nas discussões. Ele pediu que o governo resolva algumas questões infraconstitucionais por meio de medidas provisórias que alterem, por exemplo, a Lei das Estatais, e que têm aplicação

imediate, em vez de aguardar a tramitação de projetos de lei.

"Há o sentimento quase que unânime de que o Ministério da Economia, o governo tem que se envolver diretamente nessas discussões, participar mais de perto dessas discussões e atuar mais de perto nessas discussões", afirmou.

Aliados do Planalto e de Lira planejam levar adiante as discussões de projetos que podem alterar tributação ou regras para a estatal. A mensagem que querem passar é que o Congresso busca formas de aliviar a pressão sobre os preços.

Uma das propostas é do líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), que prioriza o mercado interno em relação às exportações de petróleo. A ideia é que, antes de ser exportado, o produto seja oferecido nas mesmas condições, às empresas de refino no Brasil.

Côrtes é do mesmo partido de Bolsonaro. A sugestão do líder do partido, que hoje detém a maior bancada da Casa, já foi apresentada a Lira e aliados. A intenção inicial era incluir o dispositivo no projeto que prevê transparência nos preços de petróleo, aprovado na Câmara no dia 7. Agora, é inserir a emenda na proposta durante a tramitação no Senado.

Em relação à ideia de cri-

ação de uma CPI, líderes do centrão, grupo que integra a base do governo, afirmam que o principal objetivo já foi alcançado — pressionar pela efetivação da troca no comando da Petrobras.

A ofensiva contra a Petrobras se intensificou na última sexta, após o anúncio do reajuste dos valores dos combustíveis, em uma reação conjunta de Bolsonaro e aliados.

Depois que José Mauro Coelho renunciou à presidência da Petrobras, líderes da Câmara avaliam que o pacote de retaliação deve ser suavizado. Dificilmente, no entanto, vão engavetar todas as medidas sugeridas por Lira.

A lista inclui as propostas de elevar a taxa do lucro da Petrobras, discutir a política de preços da estatal, taxar as exportações de petróleo, além da CPI — item que tem maior resistência entre os parlamentares. O assunto deve continuar a ser discutido ao longo da semana.

Por ora, uma ala do centrão quer barrar a CPI por causa do risco de desgaste para o Planalto. Dizem que é melhor a Câmara focar em propostas que aliviarão os preços e que a comissão poderia virar parlance para a oposição.

**Matheus Teixeira, Thiago Resende, Danielle Brant e Catia Seabra**

## Avança na CCJ da Câmara a PEC que garante regime favorecido para os biocombustíveis

**Danielle Brant e Raquel Lopes**

BRASÍLIA A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou nesta segunda-feira (20) a admissibilidade da PEC (proposta de emenda à Constituição) que busca preservar um regime favorecido aos biocombustíveis — que poderiam ter perda de competitividade com medidas para reduzir o custo da gasolina e do diesel que foram aprovadas recentemente.

O parecer pela admissibilidade, do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), foi aprovado em votação simbólica. A próxima etapa é a criação de uma comissão especial para analisar o mérito do texto.

A PEC foi aprovada no Senado na terça-feira passada

(14), mesmo dia em que a Câmara enviou à sanção um projeto de lei complementar que limita a incidência de ICMS a 17% ou 18% sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes.

A PEC dos Biocombustíveis acrescenta um item ao artigo da Constituição que trata do direito de todos os brasileiros a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com objetivo de garantir situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos tributos que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos por meio de uma lei complementar.

A PEC apenas determina que deve ser mantido um "re-

gime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final" na forma da lei complementar.

Isso será feito assegurando uma tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.

Enquanto a lei complementar não for aprovada pelo Congresso Nacional, esse diferencial competitivo para os biocombustíveis em relação aos fósseis será garantido pela manutenção da diferença de alíquotas aplicadas aos dois tipos no patamar vigente em 15 de maio deste ano.

Nos primeiros 20 anos após a promulgação da PEC, o texto prevê que eventual lei complementar não vai poder estabelecer diferencial competitivo em patamar que seja inferior ao vigente nessa data.

## COMISSÃO ADMITE PISO DE ENFERMAGEM

A CCJ aprovou a admissibilidade da PEC que fixa um piso salarial nacional para enfermeiros, técnicos e auxiliares, já aprovada pelo Senado em 2 de junho. O texto diz que uma lei federal vai instituir os valores nacionais do piso, que também valerá para parteiros.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado **Caderno:** A **Página:** 15 e 16